

No. 38773

**Brazil
and
Portugal**

Treaty of friendship and consultation between Portugal and Brazil. Rio de Janeiro, 16 November 1953

Entry into force: *4 January 1955 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article 9*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 1 August 2002*

**Brésil
et
Portugal**

Traité d'amitié et de consultation entre le Portugal et le Brésil. Rio de Janeiro, 16 novembre 1953

Entrée en vigueur : *4 janvier 1955 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article 9*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 1er août 2002*

Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil

O Presidente da República Portuguesa e o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

Conscientes das afinidades espirituais, morais, étnicas e linguísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Portuguesa à Nação Brasileira, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos,

E animados do desejo de consagrar, em solene instrumento político, os princípios que norteiam a Comunidade Luso-Brasileira no Mundo,

Resolveram celebrar o presente Tratado de Amizade e Consulta e nomearam para esse efeito seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Portuguesa,

S. Ex.^a o Sr. Doutor António de Faria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro;

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

S. Ex.^a o Sr. Prof. Doutor Vicente Ráo, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Os quais, após haverem exibido seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO 1.º

As Altas Partes Contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum.

ARTIGO 2.º

Cada uma das Altas Partes Contratantes acorda em conceder aos nacionais da outra tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver directamente regulado nas disposições constitucionais das duas Nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comercial, económica, financeira e cultural, devendo a protecção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais.

ARTIGO 3.º

No campo comercial e financeiro, levadas em conta as circunstâncias do momento em cada um dos dois países, as Altas Partes Contratantes concederão todas as possíveis facilidades no sentido de atender os interesses particulares dos nacionais da outra Parte.

ARTIGO 4.º

O tratamento especial consignado neste Tratado abrangerá não só os Portugueses que tenham o seu domicílio no território brasileiro e os Brasileiros que o tiverem em território português, mas também os que neles permanecerem transitòriamente.

ARTIGO 5.º

As Altas Partes Contratantes, como prova do elevado intuito que presidiu à celebração deste Tratado, permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de

domicílio e o livre trânsito, em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra Parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e protecção da saúde pública.

ARTIGO 6.º

Os benefícios concedidos por uma das Altas Partes Contratantes a quaisquer estrangeiros no seu território consideram-se *ipso facto* extensivos aos nacionais da outra.

ARTIGO 7.º

As Altas Partes Contratantes promoverão a expedição das disposições legislativas e regulamentares que forem necessárias e convenientes para a melhor aplicação dos princípios consignados neste instrumento.

ARTIGO 8.º

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a estudar, sempre que oportuno e necessário, os meios de

desenvolver o progresso, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no Mundo.

ARTIGO 9.º

Este Tratado será ratificado, de conformidade com as disposições constitucionais de cada uma das Altas Partes Contratantes, e as ratificações serão trocadas em Lisboa no mais breve prazo possível. Entrará em vigor, imediatamente após a troca das ratificações, pelo prazo de dez anos, prorrogável sucessivamente por períodos iguais, se não for denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes com três meses de antecedência.

Em fé do que os Plenipotenciários acima nomeados assinaram este Tratado, em dois exemplares, no Rio de Janeiro aos 16 dias do mês de Novembro de 1953.

António de Faria.
Vicente Ráo.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TREATY OF FRIENDSHIP AND CONSULTATION BETWEEN PORTUGAL
AND BRAZIL

The President of the Portuguese Republic and the President of the Republic of the United States of Brazil,

Aware of the spiritual, moral, ethical and linguistic affinities which, after over three centuries of shared history, continue to link the Portuguese nation and the Brazilian nation and result in a very special situation for the mutual interests of the two peoples; and

Inspired by the desire to enshrine in a solemn political instrument the guiding principles of the worldwide Luso-Brazilian community;

Have resolved to conclude this Treaty of Friendship and Consultation and, to that end, have designated the following as their Plenipotentiaries:

For the President of the Portuguese Republic: H.E. Mr. António de Faria, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of Portugal to Rio de Janeiro; and

For the President of the United States of Brazil: H.E. Mr. Vicente Ráo, Minister of State for Foreign Affairs;

Who, having exhibited their full powers, found in good and due form, have agreed as follows:

Article 1

The High Contracting Parties, desiring to reaffirm and strengthen the perfect friendship which exists between the two brother peoples, agree that henceforth, they shall always consult one another regarding international problems of manifest mutual interest.

Article 2

Each High Contracting Party undertakes to accord to nationals of the other High Contracting Party treatment no less favourable than that accorded to its own nationals, unless otherwise stipulated in its Constitution, with respect to legal, trade, economic, financial and cultural matters. The local authorities shall extend to nationals of the other High Contracting Party protection no less broad than that extended to their own nationals.

Article 3

The High Contracting Parties shall grant all possible facilities in trade and financial matters, taking current circumstances into account, with a view to furthering the special interests of nationals of the other Party.

Article 4

The special treatment enshrined in this Treaty shall extend not only to Portuguese domiciled in Brazilian territory and to Brazilians domiciled in Portuguese territory, but also to those present on a temporary basis.

Article 5

As proof of the noble purpose which prompted the conclusion of this Treaty, each High Contracting Party shall permit the free entry into, exit from, establishment of domicile in and transit between Portugal and Brazil to nationals of the other Party, subject to the arrangements which each of them has established for the defence of public safety and the protection of public health.

Article 6

Favourable treatment granted by either High Contracting Party to any foreigners in its territory shall be deemed ipso facto to extend to nationals of the other High Contracting Party.

Article 7

The High Contracting Parties shall encourage transmission of any legislation and regulations required for optimum application of the principles enshrined in this instrument.

Article 8

The High Contracting Parties undertake to consider, whenever timely and necessary, means of promoting the development, harmony and prestige of the worldwide Luso-Brazilian community.

Article 9

This Treaty shall be ratified in accordance with the constitutional provisions of each High Contracting Party and the instruments of ratification shall be exchanged in Lisbon as soon as possible. It shall enter into force for a 10-year period immediately following the exchange of instruments of ratification and shall be extended for further 10-year periods unless either High Contracting Party terminates it on three months' notice.

In witness whereof, the aforementioned Plenipotentiaries have signed this Treaty in two copies at Rio de Janeiro on 16 November 1953.

ANTÓNIO DE FARIA

VICENTE RÁO

[TRANSLATION — TRADUCTION]

TRAITÉ D'AMITIÉ ET DE CONSULTATION ENTRE LE PORTUGAL ET LE BRÉSIL

Le Président de la République portugaise et le Président de la République des États Unis du Brésil,

Conscients des affinités spirituelles, morales, éthiques et linguistiques qui, après plus de trois siècles d'histoire partagée, continuent de lier la nation portugaise et la nation brésilienne et créent une situation très particulière servant les intérêts réciproques des deux peuples; et

Inspirés par le désir de concrétiser dans un instrument politique solennel les principes directeurs de la communauté mondiale lusitano-brésilienne,

Ont décidé de conclure le présent Traité d'amitié et de consultation et, à cette fin, ont désigné les personnalités suivantes en tant que Plénipotentiaires:

Pour le Président de la République portugaise: S.E. Monsieur António de Faria, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire du Portugal à Rio de Janeiro; et

Pour le Président des États Unis du Brésil: S.E. Monsieur Vicente Ráo, Ministre d'État des Affaires étrangères;

Lesquels, après avoir produit leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

Article premier

Les Hautes Parties contractantes, désireuses de réaffirmer et de renforcer la parfaite amitié qui existe entre les deux peuples frères, conviennent que désormais ils se consulteront toujours sur les problèmes internationaux présentant un intérêt mutuel manifeste.

Article 2

Chaque Haute Partie contractante s'engage à accorder aux ressortissants de l'autre Haute Partie contractante un traitement qui n'est pas moins favorable que celui qu'elle accorde à ses propres ressortissants, à moins de spécifications contraires stipulées dans sa Constitution pour ce qui est des questions légales, commerciales, économiques, financières et culturelles. Les autorités locales accordent aux ressortissants de l'autre Haute Partie contractante une protection aussi complète que celle qu'elle accorde à ses propres nationaux.

Article 3

Les Hautes Parties contractantes accordent toutes les possibilités possibles en matière commerciale et financière, compte tenu de la conjoncture, en vue de favoriser les intérêts particuliers des ressortissants de l'autre Partie.

Article 4

Le traitement spécial proclamé dans le présent Traité bénéficie non seulement aux Portugais domiciliés sur le territoire brésilien et aux Brésiliens domiciliés sur le territoire portugais, mais également à tous ceux qui y séjournent à titre temporaire.

Article 5

Pour concrétiser le noble projet qui est à la base du présent Traité, chaque Haute Partie contractante autorise la libre entrée, sortie ou installation, ainsi que le transit entre le Portugal et le Brésil des ressortissants de l'autre Partie, sous réserve des arrangements que chacune d'elle a conclus pour la défense de la sécurité publique et la protection de la santé publique.

Article 6

Le traitement favorable accordé par l'une ou l'autre Haute Partie contractante à tout étranger sur son territoire s'étend ipso facto aux ressortissants de l'autre Haute Partie contractante.

Article 7

Les Hautes Parties contractantes encouragent l'échange des textes législatifs et réglementaires, nécessaires pour l'application optimale des principes à la base du présent instrument.

Article 8

Les Hautes Parties contractantes s'efforcent d'examiner, chaque fois que cela se révèle opportun et nécessaire, les moyens de promouvoir le développement, l'harmonie et le prestige de la communauté lusitano-brésilienne dans le monde entier.

Article 9

Le présent Traité est ratifié conformément aux dispositions constitutionnelles de chaque Haute Partie contractante et les instruments de ratification seront échangés à Lisbonne dès que possible. Ledit Traité, qui sera valide pendant 10 ans, entrera en vigueur immédiatement après l'échange des instruments de ratification et sera prolongé de nouvelles périodes de 10 ans, sauf si l'une ou l'autre Haute Partie contractante le dénonce avec un préavis de trois mois.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessus mentionnés ont signé le présent Traité en deux exemplaires à Rio de Janeiro le 16 novembre 1953.

ANTÓNIO DE FARIA

VICENTE RÁO

